

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Portal do Conhecimento/ Sumulas / Sumulas do TJRJ e Tribunais Superiores

SUMULA TJ Nº 251

"INCABÍVEL A REVISÃO DE RENDA MENSAL INICIAL DO AUXÍLIO SUPLEMENTAR COM BASE NO ART. 201, § 2º, DA [CONSTITUIÇÃO FEDERAL](#)."

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. [0032047-42.2011.8.19.0000](#) - JULGAMENTO EM 19/09//2011 - RELATOR: DESEMBARGADORA MARIA AUGUSTA VAZ MONTEIRO DE FIGUEIREDO. VOTAÇÃO UNÂNIME.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SUMULA STJ Nº 557

A RENDA MENSAL INICIAL (RMI) ALUSIVA AO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PRECEDIDO DE AUXÍLIO-DOENÇA SERÁ APURADA NA FORMA DO ART. 36, PARÁGRAFO 7º, DO DECRETO N. 3.048/1999, OBSERVANDO-SE, PORÉM, OS CRITÉRIOS PREVISTOS NO ART. 29, PARÁGRAFO 5º, DA LEI N. 8.213/1991, QUANDO INTERCALADOS PERÍODOS DE AFASTAMENTO E DE ATIVIDADE LABORAL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SUMULA STJ Nº 576

AUSENTE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO NO INSS, O TERMO INICIAL PARA A IMPLANTAÇÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ CONCEDIDA JUDICIALMENTE SERÁ A DATA DA CITAÇÃO VÁLIDA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento
Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br